

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

QUESTÕES PRÁTICAS INICIAIS SOBRE EXECUÇÃO TRABALHISTA	19
1.1 Normas Aplicáveis na Execução Trabalhista	19
1.2 Princípios Aplicáveis à Execução Trabalhista.....	22
1.2.1 Princípio da Primazia do Credor Trabalhista.....	22
1.2.2 Princípio da Menor Onerosidade para o Devedor e Princípio da Patrimonialidade	23
1.2.3 Princípio do Título e da Adstrição da Execução ao Título....	25
1.2.4 Efetividade e Direito Fundamental à Tutela Executiva.....	27
1.2.5 O Princípio da Boa-Fé e seus Desdobramentos.....	30
1.2.5.1 É Possível a Condenação Solidária do Advogado por Litigância de Má-Fé?	32
1.2.5.2 Fraude à Execução	34
A) Bens Sujeitos a Registro.....	35
B) Bens não Sujeitos a Registro.....	41
C) Fraude à Execução por parte do Sócio.....	42
D) Negativa Fraudulenta de Débito.....	44
1.2.5.3 Fraude contra Credores.....	44

CAPÍTULO 2

A FASE DE LIQUIDAÇÃO	49
2.1 Espécies de Liquidação e Princípio da Fidelidade ao Título	51
2.2 Prescrição Intercorrente e Fase de Liquidação.....	54
2.3 Impugnação aos Cálculos de Liquidação.....	55
2.4 Decisões Líquidas x Impugnação aos Cálculos de Liquidação e Erro Material.....	58
2.5 Juros de Mora e Correção: a Polêmica Decisão do STF.....	60

CAPÍTULO 3

O INÍCIO DA FASE DE EXECUÇÃO	67
3.1 Citação ou Mera Intimação do Executado?	67

CAPÍTULO 4

ESTUDO DAS PRINCIPAIS FERRAMENTAS PARA TORNAR A EXECUÇÃO EFETIVA	73
4.1 Ferramentas para Concretização da Penhora.....	77
4.2 As Ferramentas BÁSICAS.....	78
A) BACENJUD e migração para o SISBAJUD.....	78
A.1) Pontuando Alguns Retrocessos do SISBAJUD	84
B) RENAJUD	85
C) Protesto Extrajudicial e SERASAJUD.....	86
4.3 As Ferramentas Avançadas.....	89

A)	SNIPER.....	90
A.1)	SNIPER e as Informações Obtidas Junto ao TSE	91
A.2)	SNIPER e as Informações Obtidas Junto à ANAC	91
A.3)	SNIPER e o Tribunal Marítimo	92
A.4)	SNIPER e o Portal da Transparência da União	93
A.5)	Caso Prático de SNIPER e Reconhecimento de Grupo Econômico	94
B)	FENSEG	96
C)	INFOJUD e DOI. CNIB e ARISP. SERP-JUD.	98
C.1)	DECRED	102
D)	BACEN CCS	103
E)	SIMBA – Sistema de Movimentação Bancária	108
F)	SIASG	111
G)	COAF.....	112
H)	CENSEC.....	116
I)	SACI.....	118
J)	DITR e SNCR.....	120
K)	Ofício à Marinha.....	123
L)	Ofício para Pesquisa de Crédito Tributário perante a Receita Federal	124
M)	CRCJUD.....	124
N)	Penhora de Criptomoedas.....	129
O)	Penhora no Rosto dos Autos.....	133
O.1)	Polêmica Prática sobre Penhora no Rosto dos Autos.....	135
P)	Incidente de Desconsideração da PJ e Polêmicas Aplicáveis	136
Q)	Teoria Inversa da Desconsideração da PJ e Penhora de Quotas.....	145
R)	Desconsideração Expansiva da Pessoa Jurídica: Insira o “Laranja” no Polo Passivo Executivo	148
S)	Desconsideração Indireta da Pessoa Jurídica: Reconhecimento de Grupo Econômico na Execução.....	150
T)	Pesquisa por Sócio Retirante	152
U)	INFOSEG	153

V)	CAGED	155
X)	Suspensão da CNH e dos Cartões de Crédito, Apreensão do Passaporte e Outras	156
X.1)	Medidas Atípicas: Posicionamento do STF na ADI 5941	166
X.2)	Detalhes Práticos para o Requerimento das Medidas Atípicas	167
4.4	Sugestão sobre a ordem de Utilização das Ferramentas.....	169
A)	Primeira Fase de Pesquisa Patrimonial.....	169
B)	Segunda Fase de Pesquisa Patrimonial.....	171
C)	Terceira Fase de Pesquisa Patrimonial	172
4.5	Pesquisa Patrimonial e LGPD	174

CAPÍTULO 5

RECURSOS CABÍVEIS.....	177
5.1 O Agravo de Petição: Aplicação Prática.....	179
5.1.1 IRDR sobre Agravo de Petição: Análise de Caso	190
5.2 O Agravo de Instrumento: Aplicação Prática	193
5.3 O Recurso de Revista.....	197
5.3.1 Hipóteses de Cabimento.....	199
5.3.2 Recurso de Revista na Fase de Execução.....	202

CAPÍTULO 6

MANDADO DE SEGURANÇA	207
6.1 Noções Gerais sobre o Mandado de Segurança	208
6.2 Competência.....	209
6.3 Requisitos Específicos para Aplicabilidade na Execução.....	210

6.3.1	Direito Líquido e Certo na Fase de Execução: Análise de Casos	211
6.3.2	Ato de Autoridade Pública ou Equiparada	214
6.3.3	Prazo Decadencial	215
6.3.4	Decisão Irrecorrível	215

CAPÍTULO 7

QUESTÕES PRÁTICAS RELEVANTES SOBRE A PENHORA	217	
7.1	Efeitos Materiais da Penhora	218
7.2	Efeitos Processuais da Penhora	220
7.3	Ordem Preferencial de Penhora	222
7.4	Análise Prática das Impenhorabilidades e suas Exceções	224
7.4.1	Artigo 833, inciso I: Bens Impenhoráveis e Inalienáveis	225
7.4.2	Artigo 833, inciso II: Móveis, Pertences e Utilidades Domésticas	226
7.4.3	Artigo 833, inciso III: Vestuário e Pertences de Uso Pessoal	227
7.4.4	Artigo 833, inciso IV: Vencimentos, Subsídios, Soldos, Salários etc.	228
7.4.5	Artigo 833, inciso V: Instrumentos de Trabalho	231
7.4.6	Artigo 833, inciso VI: Seguro de Vida	233
7.4.6.1	Compensação do Seguro de Vida com os Danos Materiais	236
7.4.6.2	Compensação do Seguro DPVAT com os Danos Materiais	238
7.4.7	Artigo 833, inciso VII: Materiais para Obra em Andamento.	238
7.4.8	Artigo 833, inciso VIII: Pequena Propriedade Rural	239
7.4.9	Artigo 833, inciso IX: Recursos Públicos	242
7.4.10	Artigo 833, inciso X: Poupança	243
7.4.11	Artigo 833, inciso XI: Recursos do Fundo Partidário	244

7.4.11.1 Responsabilidade do Candidato e do Partido Político: “Cabo Eleitoral”	246
7.4.12 Artigo 833, inciso XII: Incorporação Imobiliária	249

CAPÍTULO 8

TEMAS PRÁTICOS PARA EFETIVIDADE DA EXECUÇÃO	251
8.1 É Possível a Penhora de Veículo do qual o Executado Possui Apenas a Posse?	251
8.2 É Possível a Penhora dos Valores Depositados em Conta Conjunta mesmo que Apenas um dos Titulares seja o Devedor?	253
8.3 É Possível a Penhora Judicial de Bem Financiado?	255
8.4 É Possível a Penhora de Planos de Previdência Privada?	258
8.5 Como se Faz a Penhora de Bem Indivisível?	260
8.6 É Possível a Penhora de Faturamento da Empresa?	262
8.7 Empresa de Grupo Econômico, que não participou da fase de conhecimento, pode ingressar na fase de execução?	264
8.8 Empresa com Responsabilidade Subsidiária, que não participou da fase de conhecimento, pode ingressar na fase de execução?	269
8.9 Polêmicas Práticas Relativas ao Bem de Família e sua Penhora ...	272
8.9.1 Existe Bem de Família para Solteiros?	273
8.9.2 Existe Proteção para o Bem de Família Locado?	273
8.9.3 A(s) Vaga(s) de Garagem do Apartamento Integram o Conceito de Bem de Família?	274
8.9.4 Penhora de Bem de Família de Elevado Valor: (Im)possibilidade?	275
8.9.5 Imóvel com Destinação Mista pode ser Considerado Bem de Família?	281
8.9.6 Imóvel onde o Executado não Reside pode ser Considerado Bem de Família?	284

8.10 Responsabilidade do Espólio, Herdeiro e Sucessores	285
8.11 Reforma da Lei Falimentar e seus Reflexos na Execução Trabalhista	287
8.12 recuperação judicial: o que fazer para encontrar patrimônio?.....	289

ANEXO

PETIÇÕES PARA PRÁTICA PROCESSUAL.....	293
Petição 1 – Requerendo o início da fase de execução com base no CPC.....	295
Petição 2 – Requerendo utilização do SISBAJUD e Protesto.....	296
Petição 3 – Requerendo extratos bancários via SISBAJUD.....	298
Petição 4 – Requerendo utilização do RENAJUD.....	299
Petição 5 – Requerendo utilização do SNIPER.....	300
Petição 6 – Requerendo expedição de ofício à FENSEG.....	302
Petição 7 – Requerendo utilização do DOI.....	304
Petição 8 – Requerendo utilização de BACEN CCS.....	306
Petição 9 – Requerendo utilização do SIMBA.....	308
Petição 10 – Requerendo utilização do SIASG.....	310
Petição 11 – Requerendo utilização do COAF.....	312
Petição 12 – Requerendo utilização do CENSEC.....	314
Petição 13 – Requerendo utilização do SACI.....	316
Petição 14 – Requerendo utilização da DITR.....	319
Petição 15 – Requerendo expedição de ofício à Marinha do Brasil.....	321
Petição 16 – Requerendo expedição de ofício à Receita Federal do Brasil.....	323
Petição 17 – Requerendo consulta ao CRCJUD.....	325
Petição 18 – Requerendo penhora de criptomoedas em dispositivo físico.....	327

Petição 19 – Requerendo penhora de criptomoedas em dispositivo virtual	329
Petição 20 – Incidente de Desconsideração da Pessoa Jurídica	331
Petição 21 – Agravo de Petição contra Decisão que Indefere Pesquisa Patrimonial.....	335
Petição 22 – Petição que suscita IRDR.....	342
Petição 23 – AI Interposto contra Despacho que denega seguimento ao AP	348
Petição 24 – RR contra Acórdão, em julgamento de AP, que Indefere Pesquisa Patrimonial.....	354
Petição 25 – Petição Inicial de Mandado de Segurança	362